

DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anuclam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries	Ano 240\$
A 1.ª série	90\$
A 2.ª série	80\$
A 3.ª série	80\$
Semestre	130\$
" " "	48\$
" " "	43\$
" " "	43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 250 a linha, acrescido do respectivo imposto do sêlo. Os anúncios que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:12, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «*Diário do Governo*» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sêlo branco.

SUMÁRIO

Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Decreto-lei n.º 31:208 — Proíbe quaisquer construções ou reconstruções importantes nas zonas indicadas no mapa anexo a este diploma — Suspende a concessão de todas as licenças para construções ou reconstruções na área compreendida entre as estradas que ligarão entre si as rotundas da Encarnação, Moscavide e Sacavém, enquanto não estiver aprovado, em termos legais, o respectivo plano de expansão a elaborar pela Câmara Municipal de Loures.

Declaração de ter sido autorizado o reforço da verba da alínea e) do n.º 1) do artigo 7.º do orçamento da Administração Geral do Porto de Lisboa.

Ministério das Colónias:

Portaria n.º 9:774 — Manda aplicar aos diplomados com o curso da extinta Escola Primária do Barão de Mossâmedes, de Angola, o disposto na alínea e) do artigo 8.º do decreto n.º 5:787-A.

Portaria n.º 9:775 — Fixa as despesas a realizar até 31 de Dezembro de 1941 com a Missão Geográfica de Angola.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Junta Autónoma de Estradas

Decreto-lei n.º 31:208

As comunicações da capital com a maior parte do País fazem-se ao longo da margem direita do rio Tejo, o que exigirá, num futuro próximo, a construção, nesta zona, de novas estradas amplas, com as características adequadas ao trânsito moderno.

As edificações destinadas a habitação e a estabelecimentos fabris têm tomado grande incremento na referida zona nos últimos tempos, e, a manter-se o seu desenvolvimento nas condições actuais, tornar-se-ia em breve extremamente difícil, senão impossível, a construção de estradas com aquelas características sem dispêndio desmedido para o Estado e sem graves prejuízos para os respectivos proprietários.

Com o fim de conjugar, na medida conveniente, os interesses do Estado e os dos particulares;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Ficam proibidas quaisquer construções ou reconstruções importantes nas seguintes zonas indicadas no mapa anexo:

a) Uma faixa de 40 metros de largura, sendo 20 metros para cada lado das directrizes das duas estradas projectadas para ligação das rotundas da Encarnação e Moscavide à de Sacavém;

b) Uma faixa de 40 metros de largura, sendo 20 metros para cada lado da directriz da estrada projectada ao longo do Vale do Tejo, para além da rotunda de Sacavém;

c) A superfície correspondente à futura rotunda de Sacavém.

Art. 2.º Fica suspensa a concessão de todas as licenças para construções ou reconstruções importantes na área compreendida entre as estradas que ligarão entre si as rotundas da Encarnação, Moscavide e Sacavém, enquanto não estiver aprovado, em termos legais, o respectivo plano de expansão a elaborar pela Câmara Municipal de Loures.

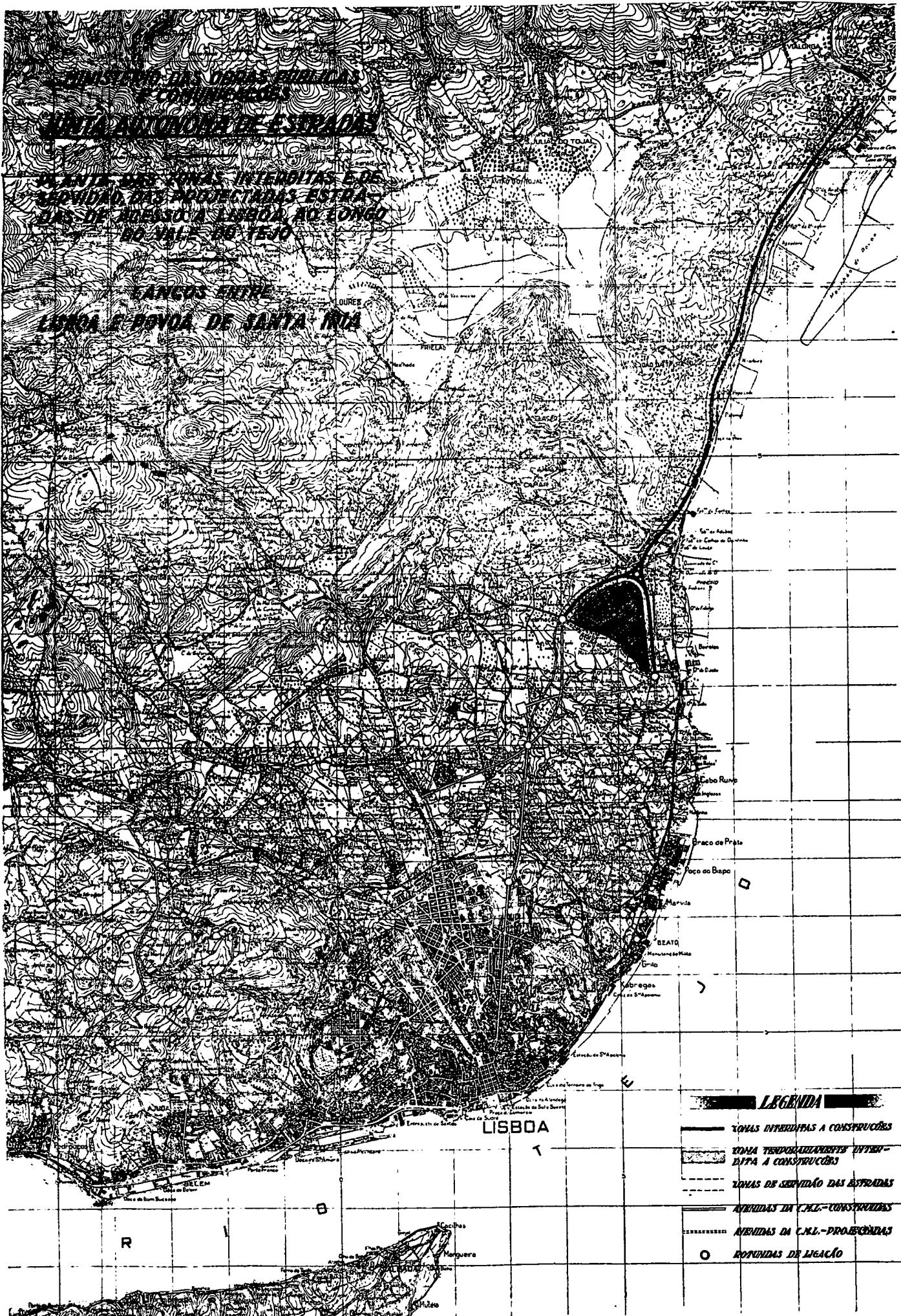
§ único. Na elaboração deste plano de expansão deverão tomar-se como bases as directrizes, cotas e perfis dos projectos das vias de comunicação referidas neste artigo, elaborados pela Câmara Municipal de Lisboa, na parte respeitante à avenida de circunvalação da cidade, e pela Junta Autónoma de Estradas, na parte respeitante às estradas mencionadas no artigo 1.º

Art. 3.º Nenhuma construção ou reconstrução importante poderá ser executada a menos de 100 metros do eixo das estradas referidas nos artigos anteriores sem prévia autorização da Junta Autónoma de Estradas, a qual a negará sempre que reconheça que da sua concessão pode resultar inconveniente para a construção dasquelas; consequentemente, as câmaras municipais não poderão conceder as licenças a que se refere o n.º 20.º do artigo 51.º do Código Administrativo sem que os interessados produzam prova bastante da mesma autorização.

§ único. A construção ou reconstrução importante executada sem a autorização mencionada neste artigo será demolida, independentemente de qualquer indemnização, à custa dos interessados, se houverem procedido sem licença camária, ou, havendo licença, à custa da câmara que a tenha concedido.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Abril de 1941. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMOÑA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.



Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Por despacho do conselho de administração do pôrto de Lisboa de 4 do corrente e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba da alínea e) «Portos» do n.º 1) «De imóveis» do artigo 7.º «Despesas de conservação e aproveitamento do material», da classe «Despesas com o material», do orçamento da Administração Geral do Pôrto de Lisboa para o ano económico de 1941 com a importância de 15.000\$, a sair da verba da alínea b) «Estradas» do mesmo número, artigo e classe.

Administração Geral do Pôrto de Lisboa, 4 de Abril de 1941.—O Administrador Geral, *Salvador de Sá Nogueira*.

oo

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Direcção Geral de Administração Política e Civil

3.ª Repartição

Portaria n.º 9:774

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias que, nos termos da 2.ª parte do artigo 91.º da Carta Orgânica do Império Colonial, se aplique aos diplomados com o curso da extinta Escola Primária Barão de Mossâmedes, de Angola, o disposto

na alínea e) do artigo 8.º do decreto n.º 5:787-A, de 10 Maio de 1919.

Para ser publicada nos «Boletins Oficiais» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 7 de Abril de 1941.—O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

—
Junta das Missões Geográficas
e de Investigações Coloniais
—

Portaria n.º 9:775

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, em execução do disposto no decreto-lei n.º 31:194, de 27 de Março de 1941, fixar as despesas a realizar até 31 de Dezembro de 1941 com a Missão Geográfica de Angola na importância de 325.000\$, a saber :

Despesas com pessoal	85.000\$00
Despesas com material	185.000\$00
Viagens e transportes	30.000\$00
Despesas diversas	25.000\$00
	<hr/>
	325.000\$00

As transferências de verbas entre as diferentes rubricas deste orçamento, ou ainda entre os orçamentos de diferentes missões, poderão ser autorizadas por despacho ministerial, sob proposta do presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

Ministério das Colónias, 7 de Abril de 1941.—O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

